

SEXUALIDADES (IN)VISÍVEIS – UM PROJETO DE EDUCAÇÃO SOCIAL DE LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

(IN)VISIBLE SEXUALITIES - A SOCIAL EDUCATION PROJECT FIGHTING FOR THE RIGHTS OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND/OR INCAPACITY

Andreia Silva¹

Catarina Monteiro²

Isabel Timóteo³ [0000-0003-4888-3845]

¹Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Portugal, andreiaduartesilva93@hotmail.com

²Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Portugal, catarinamonteiro280102@gmail.com

³Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto/ inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação, Portugal, isabeltimoteo@ese.ipp.pt

Resumo

Os traços persistentes de exclusão das Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (PCDI) na atualidade requerem igual perseverança no que toca a construções coletivas de formas inéditas de luta pelos seus direitos. O desenvolvimento do Projeto de Educação Social, *Sexualidades (IN)Visíveis – Uma Luta pelos Direitos das PCDI, Uma Luta contra a Invisibilidade na Sociedade*, foi inspirado nos compromissos subjacentes à Investigação-Ação Participativa (IAP), tal como nos valores da democracia participativa e nos valores de uma Educação Social humanista, emancipatória e crítica. A análise participada da realidade conduziu a pesquisa-ação em direção ao campo das Sexualidades. Partiu-se, assim, da necessidade identificada pelo próprio grupo em reivindicar os seus direitos neste campo, direitos associados à Igualdade, Liberdade, Parentalidade, Privacidade e Educação. O projeto, desenvolvido presencialmente e por via online, ancorou-se fundamentalmente no fortalecimento de relações dialógicas de qualidade. Foi-se construindo um caminho educativo de consciência crítica e de emancipação pessoal e social, pautado por inúmeras reflexões sobre a urgência de um posicionamento educativo e inclusivo que desafiasse a alienação. Os participantes foram os principais agentes de conscientização, tendo levado a cabo uma das ações educativas desenvolvidas, a Exposição Fotográfica *(IN)Desejados*. O Projeto *Sexualidades (IN)Visíveis* desafiou o sentido solidário e coletivo de uma transformação que se faz com o mundo.

Palavras-chave: educação social, investigação-ação participativa, direitos, sexualidades, deficiência.

Abstract

The persistent exclusion of People with Disabilities and/or Incapacity (PWDI) today calls for the same perseverance when it comes to collectively building new ways of fighting for their rights. The development of the Social Education Project *Sexualidades (IN)Visíveis – Uma Luta pelos Direitos das PCDI, Uma Luta contra a Invisibilidade na Sociedade* – was inspired by the commitments underlying Participatory Action Research, such as the values of participatory democracy, and the values of humanist, emancipatory and critical Social Education. The participatory analysis of reality led the action research towards the field of Sexualities. It started from the need identified by the group itself to claim their rights in this field, rights associated with Equality, Freedom, Parenthood, Privacy and Education. The project, developed in person and online, was

fundamentally based on strengthening quality dialogical relationships. An educational path of critical awareness and personal and social emancipation was built, based on countless reflections on the urgency of an educational and inclusive stance that challenges alienation. The participants were the main agents of awareness-raising, having carried out one of the educational actions developed, the *(IN)Desejados* Photographic Exhibition. The *Sexualidades (IN)Visíveis* challenged the sense of solidarity and collective transformation that is made with the world.

Keywords: social education, participatory action research, rights, sexualities, disability.

1 AS ÂNCORAS METODOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO SOCIAL

Como o projeto em evidência foi desenvolvido no âmbito de um Estágio da Licenciatura em Educação Social, torna-se necessário esclarecer alguns dos princípios e valores sobre este campo profissional. Segundo Timóteo e Bertão (2012), há várias visões sobre a Educação Social e, por isso, a que melhor inspira o Projeto *Sexualidades (IN)Visíveis* é a de uma educação transformadora, formativa, democrática, emancipatória e crítica. Em primeira mão, afasta-se de uma forma de ação social e educativa que visa somente o ajustamento dos indivíduos aos contextos e, como tal, muitas vezes, reprodutora de práticas sociais injustas. Ou seja, almeja transformar realidades sociais marcadas pelas desigualdades sociais, através de uma educação que necessita de ser transformativa, sendo o motor de desenvolvimento e de capacitação dos indivíduos (Timóteo & Bertão, 2012).

Em todas as ações da Educação Social as pessoas são o centro do processo, tendo um papel preponderante na construção de conhecimento, indo, juntamente com o/a educador/a, em busca de novas formas para se conhecerem a si próprias e ao mundo. Assim, pode-se afirmar que é uma ação sobretudo humanista, tendo como intenção resgatar recursos internos e externos, bem como potencialidades. Os/as próprios/as educadores/as também se encontram suscetíveis à sua própria transformação (Timóteo & Bertão, 2012), tornando-se necessária uma constante análise e reflexão crítica sobre as suas ações. Portanto, um “Projeto de Educação Social é igualmente transformador e transformativo” (Timóteo & Bertão, 2012, p. 19), ancorando-se na Investigação-Ação Participativa (IAP), cujo compromisso ético se direciona para a mudança, isto é, para uma intervenção que vise a reconstrução de uma realidade com vista a melhorar a qualidade de vida das pessoas (Coutinho et al., 2009).

Entre outras premissas, Monteiro (2019) assume que “Sem pessoas dentro, sem a energia atuante que brota delas próprias, não há projeto e não há metodologia de projeto” (p. 66). De facto, na IAP valoriza-se uma construção de conhecimento que parte do terreno e das pessoas que o habitam, um conhecimento necessariamente subjetivo, intersubjetivo e interpretativo, tornando-se essencial valorizar a forma como as próprias pessoas dão significado à sua realidade. Interligando com as vivências do Estágio, pretendia-se que todas as ações partissem das pessoas, seja das suas preocupações, necessidades ou conquistas, mesmo significando uma priorização das vontades do grupo em detrimento de algo pensado pelas estagiárias. Neste processo, não é possível descuidar o fator da negociação e do diálogo, como um meio de partilha intersubjetiva e de melhor compreensão do caminho que esteve a ser percorrido. Neste sentido, entende-se que todos/as somos autores/as do projeto em curso (Lima, 2003) e, por isso, pretende-se diminuir a distância entre as possibilidades de decisão de uns e de outros, para que a responsabilidade possa ser assumida por todos/as.

Conforme defende Coutinho (2005, cit. in Coutinho et al., 2009), a IAP enquadra-se no Paradigma Sociocrítico, de forte pendor emancipatório. A proximidade aos contextos e aos atores sociais permite investir na interação social e na participação, na estimulação de um pensamento crítico, tendo deste modo uma forte intencionalidade orientada para a práxis (Stenhouse, 1983 cit. in Coutinho et al., 2009). No terreno, a participação foi reconhecida como um direito, onde todos/as iam partilhando as suas narrativas, da forma como se sentiam mais confortáveis. Deste modo, estimulava-se o pensamento crítico das pessoas ao devolver-lhes questões acerca das suas partilhas para refletirem e avançarem com possibilidades de ação. Portanto, a partir do momento em que os/as participantes estavam a (re)construir

interpretações das realidades, já estavam a projetar pequenas mudanças; a título de exemplo, ao longo de algumas interações, todos/as reconhecíamos os nossos próprios preconceitos e os que ainda nos rodeiam.

Face ao exposto, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2019, cit. in Monteiro, 2019), os processos democráticos surgem a partir da troca de saberes e das divergências, sendo este um contributo para a ampliação do nosso conhecimento. No Estágio, esta troca de saberes tornou-se regular, incentivava-se as pessoas para que aprofundassem a compreensão do modo como se chegou até aqui e o coletivo, pelos seus “próprios pés”, ia divergindo e convergindo na construção de determinadas respostas. É talvez esta uma tradução prática de uma das premissas da IAP que Rosa Lima (2003) identifica: todos os sujeitos são seres capazes de produzirem conhecimentos úteis e necessários para a reorganização das suas próprias vidas e das suas comunidades.

Por estas razões, não faria sentido um posicionamento metodológico que não fosse ele próprio uma das âncoras fundamentais da Educação Social. A IAP concentra em si inúmeras possibilidades para criar sinergias, reconhecer e valorizar os interesses e sonhos das pessoas. Através de um trabalho social com forte potencial democrático, centrado nas pessoas e nas suas histórias, é possível construir caminhos significativos, humanistas e emancipatórios.

2 ESTAR EM PROJETO

O Estágio de Educação Social foi desenvolvido, no ano letivo 2022/2023, na Associação IN – Associação para a Inclusão ao Longo da Vida (de agora em diante designada de IN) por um período de sete meses, num total de 400h. Desde muito cedo que se foram trilhando processos de transformação pessoal e social das estagiárias, desde uma crescente intencionalidade educativa até uma consciência mais ampla e complexa dos processos de exclusão e de inclusão social. Estar em projeto, como tão bem esclarece Mendonça (2002), é aprender e co construir um caminho desejável que os próprios autores acreditam ser único e significativo. Enquanto elementos que passaram a fazer parte de um coletivo, também as estagiárias sentiram de perto os caminhos que elas próprias trilhavam com os restantes elementos, contudo, sem perder de vista o objetivo último de emancipação das pessoas do coletivo, todas elas com capacidades e recursos para se emanciparem.

O grupo de PCDI da IN tem maioritariamente paralisia cerebral e é constituído por sete pessoas, cinco homens e duas mulheres, com idades entre os 28 e os 63 anos, que se unem e lutam para que sejam reconhecidos como pessoas de direitos: “*Trabalhamos para que as pessoas nos reconheçam como pessoas, acima de tudo!*”. Apesar de apresentarem características em comum, é um grupo heterogéneo, composto por pessoas singulares que se identificam a si mesmas como o *Pensador*, a *Alegre*, a *Amorosa*, o *Lutador*, o *Solidário*, o *Sorridente* e o *Fora da Caixa*. Também as estagiárias, enquanto facilitadoras deste processo, e com a preciosa cooperação dos participantes, se identificaram como a *Meiga* e a *Radiante*. É um grupo agitador de consciências com contributos únicos enriquecidos por cada pessoa.

O Estágio deu continuidade a um projeto de advocacia social da IN desenvolvido por estagiárias de anos anteriores, o Projeto (IN)Capazes, que foi co construído em torno da igualdade de oportunidades e da inclusão social com o objetivo de consciencializar a sociedade para os direitos das PCDI, por meio da arte. Devido a algumas insuficiências da IN – como a falta de recursos humanos, a falta de viatura própria e de uma sede propícia para o desenvolvimento de projetos – o Estágio desenvolveu-se maioritariamente através da via online, com regularidade semanal. Logo na primeira sessão grupal, os participantes manifestaram interesse em avançar com um projeto que abordasse as Sexualidades, uma vontade que já tinham vindo a afirmar durante o Projeto (IN)Capazes.

A análise da realidade sobre as Sexualidades e a deficiência e/ou incapacidade, incluindo a análise da literatura específica, veio a traduzir-se para as estagiárias e para os elementos do

próprio grupo numa tomada de consciência gradual do nível de exclusão a que as PCDI estão sujeitas.

Situado o projeto no campo da Educação Sexual, partiu-se do entendimento da sexualidade enquanto um campo vital que engloba o ser humano na sua totalidade, considerando o modelo biopsicossocial (Moura, 2012). Procedeu-se ao reconhecimento da importância das sexualidades para o ser humano, nomeadamente do direito à vivência da sexualidade e do direito à informação e educação, como é referido no Artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.” (Nações Unidas, s.d.). Em traços gerais, a Educação Sexual corresponde a um vasto processo de aprendizagens que integra componentes a nível cognitivo, emocional, social, físico e relacional (Moura, 2012). São reconhecidas as necessidades desta intervenção, sobretudo por se constatar que as sociedades atuais encaram de forma negativa esta dimensão estruturante do desenvolvimento do ser humano (Moura, 2012). Há um desconhecimento generalizado de que a sexualidade inclui e expressa a afetividade, a aceitação do próprio corpo e o reconhecimento de potencialidades, bem como a capacidade de interação e relacionamento com o outro. A carência de diálogos reflexivos sobre esta matéria alimenta entendimentos de senso comum sobre as sexualidades que obstaculizam a capacitação das pessoas neste campo (Santos & Gonçalves, 2015). Ora, se este enquadramento é já por si desafiante no que se refere à população no geral, é possível afirmar, como se constatou ao longo do desenvolvimento do Projeto *Sexualidades (IN)Visíveis*, que para as PCDI se intensificam e adensam os bloqueios e os mitos, não só sobre a sexualidade, mas sobretudo sobre a sexualidade na deficiência. Agarrou-se deste modo o desafio de pensar a Educação Sexual com base nas especificidades da população com deficiência e/ou incapacidade.

Tendo em conta as narrativas do grupo ao longo dos encontros semanais – encontros de partilha e de debate sobre questões da atualidade – compreendeu-se que os mitos e preconceitos alimentam a não garantia dos seus direitos, também em torno da sexualidade. Segundo Gesser e Nuernberg (2014), um dos mitos presentes na sociedade relaciona-se com o facto de se julgar que as PCDI são assexuadas, isto é, não têm desejo nem necessidades sexuais, perpetuando uma infantilização destas pessoas. Vários elementos do grupo contrapõem este discurso de senso comum, afirmando, por exemplo “*Nós também somos seres sexuados, temos vontades, necessidades e sentimentos!*” (o Pensador).

Numa outra dimensão, as próprias instituições dificultam as oportunidades de privacidade, impedindo que as PCDI possam exercer uma sexualidade positiva devido ao controlo e à vigilância (Maia & Ribeiro, 2010), negando-lhes o direito de serem seres sexuais, como narra o Fora da Caixa: “*Na instituição não me deixavam ter intimidade.*”. Também, de acordo com Maia e Ribeiro (2010), há um julgamento de senso comum de que as PCDI são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual, como refere o Solidário: “*As pessoas julgam-me logo pela minha condição, só veem meio pacote e isso afeta a minha confiança.*”. A percepção do grupo sobre estes julgamentos leva ainda o Solidário a ter que afirmar o que poderia parecer óbvio: “*Também posso namorar com alguém que não tenha nenhuma deficiência*”, tantas foram as situações ao longo da vida em que sentiram na pele a recusa desta possibilidade. Tal mito interliga-se ainda com o de se considerar que as PCDI não podem ser pais, ou então se o forem os seus filhos irão nascer com deficiência e, por sua vez, não existirão condições para cuidar deles (Maia & Ribeiro, 2010), invisibilizando a verdadeira realidade das PCDI, como testemunha a Amorosa: “*Tinha receio que um filho meu nascesse com a minha deficiência porque sempre me disseram isso...*”.

Com base em Tepper (2000, cit. in Gesser & Nuernberg, 2014), há ainda quem pense que as PCDI não têm “sexo normal” e apresentam disfunções sexuais, no que diz respeito ao desejo, à excitação e ao orgasmo, ideia refutada pelo Pensador: “*Nós podemos ter prazer das mais diversas maneiras, ao contrário do que se acredita!*”. Um forte bloqueio que intensifica a exclusão das pessoas com deficiência reside nos próprios profissionais de saúde, que veiculam estes mitos e dificultam o acesso das PCDI a conhecimentos básicos acerca da sexualidade (Dhungana, 2006; Nosek & Simmons, 2007; Soares et al., 2008; Sánchez, 2008; Brasil, 2009; Organização Mundial de Saúde, 2012, cit. in Gesser & Nuernberg, 2014). É também por este motivo que

expressões do Sorridente como “*Só falo sobre a sexualidade com vocês.*” ou “*O que sei aprendi sozinho.*” fazem parte das histórias contadas na primeira pessoa.

Tendo em conta a prevalência destes mitos e preconceitos que obstaculizam a inclusão social das pessoas com deficiência, nomeadamente a construção de relações com o outro, o Grupo Agitador de Consciências almeja uma “*lavagem dos cérebros que desconhecem!*”, como anunciaram na letra da música *Resiliência*, construída no âmbito do Projeto (IN)Capazes.

Da análise da realidade, destacou-se como problema emergente a exclusão social das PCDI na dimensão das Sexualidades, e como principal potencialidade a energia atuante deste grupo na reivindicação dos seus direitos. Ao longo dessa mesma análise, e da leitura da bibliografia disponível, constatou-se que as políticas de deficiência em Portugal se centram mais nas necessidades do que nos direitos (Fontes, 2009), o que demonstra uma certa descredibilização pelas capacidades das PCDI, para além de um claro desrespeito pelos Direitos Humanos. A problematização destas questões por parte do próprio grupo foi vincando a necessidade de defenderem e anunciarem o seu valor e foi deste modo que se decidiu avançar na construção coletiva de renovadas formas de luta pelos seus direitos.

Tendo em consideração o aumento do nível de consciência crítica no próprio grupo, este caminho necessitava de ser protagonizado pelas próprias pessoas, capazes de reconhecer obstáculos e opressões, mitos e preconceitos e de reclamar direitos que não estão a ser assegurados, como o direito à Igualdade, à Liberdade, à Parentalidade, à Privacidade e à Educação.

Ao longo dos encontros partiu-se sempre das experiências de vida dos participantes que iam cruzando entre si fragmentos das suas histórias de vida e perguntava-se ainda quais as emoções associadas às experiências partilhadas. Estimulava-se o diálogo reflexivo, colocavam-se questões que animavam a compreensão das causas dos problemas e levantavam-se novas questões. Por exemplo, foi na sequência da questão “*por que é que estas coisas acontecem [exclusão das PCDI]?*” que o grupo cruzou as suas experiências com um problema de Direitos e que se avançou com uma pesquisa sobre direitos/ sexualidades/ deficiência. Os registos no diário de bordo permitiram sistematizar as narrativas partilhadas e devolver ao grupo no encontro seguinte os conteúdos que tinham emergido, dando continuidade à análise das situações.

Foi assim que se partiu da vontade dos/as protagonistas de lutar e dar visibilidade aos seus direitos para o desenvolvimento do Projeto *Sexualidades (IN)Visíveis*, nas sábias palavras do Lutador “*Abrir de uma vez por todas as mentalidades fechadas que acham que não existe sexualidade na deficiência.*”. (IN)Visíveis porque, para além da referência à IN, trata-se de uma designação que permite dois tipos de leitura, a primeira remete para o lugar onde se colocam as PCDI, o lugar de seres assexuados, invisibilizados pela sociedade. Já a segunda leitura atenta para a mensagem que os participantes desejavam transmitir à sociedade, isto é, que olhem para eles enquanto pessoas para além da sua condição, tornando visível uma dimensão importante do seu ser, a dimensão das Sexualidades.

Por meio de duas ações, foi-se construindo um caminho educativo de consciência crítica e de emancipação pessoal e social e criaram-se renovadas condições de reflexão sobre a urgência de um posicionamento educativo e inclusivo que quebrasse com condutas alienatórias (Plaisance, 2010).

A Ação I possibilitou a tomada de consciência ainda mais crítica e anticonformista dos/as participantes em relação aos seus direitos. Nas sessões semanais de partilha, com recurso ao diálogo e a vários desafios e exercícios de dinâmica de grupos, foi essencial a construção de um ambiente relacional de confiança, sem julgamentos e sem desvalorizações, que possibilitasse aos participantes sentirem-se disponíveis para partilhar as suas histórias. Cada partilha desencadeava novas partilhas de outros/as participantes, fragmentos de histórias de vida que iam ganhando palco para serem progressivamente mais detalhados, cruzados e, conseqüentemente, mais refletidos. Os/as participantes foram identificando necessidades de aprofundar os seus conhecimentos em determinados domínios e, ao longo das sessões grupais,

as aprendizagens rumavam até ao reconhecimento dos seus direitos na dimensão das Sexualidades, bem como à desmistificação de mitos que prevalecem na sociedade. Esta ação, denominada de *Reflexões*, tem uma relação de interdependência com a Ação II, intitulada *(IN)Desejados*, que, por sua vez, visou consciencializar a sociedade para os direitos humanos e sociais das PCDI. Assim, com a segunda ação, virada para o exterior do próprio grupo, pretendeu-se estimular em determinados setores da sociedade um questionamento crítico e pensamento empático relativamente às Sexualidades na deficiência, desconstruir mitos sobre esta matéria com vista à transformação da visão dominante sobre as PCDI.

2.1 Ação I - Reflexões

Na Ação I foi fundamental reconhecer o saber do grupo sobre o tema das Sexualidades, destacando-se uma predisposição por aprender mais em relação às várias manifestações da sexualidade e ainda quanto à origem e diversidade dos mitos presentes na sociedade. Desconstruíram-se ideias pré-concebidas de elementos do próprio grupo que dificultavam, inicialmente, a sua predisposição para exteriorizarem nas sessões grupais o que pensavam e o que sentiam acerca deste vasto tema. A palavra “sexualidade” foi sendo progressivamente mais verbalizada; determinadas pessoas do grupo alargaram o vocabulário neste campo, claramente como reflexo de uma construção de conhecimento gradual que expressava uma certa forma de libertação. Enquanto as sessões decorriam, o grupo também se conhecia melhor e se reconhecia nas suas potencialidades (*“Surpreendi-me comigo mesmo. Sinto-me mais confiante com a minha sexualidade.”* – o Solidário). Foi a complexidade e a amplitude das narrativas partilhadas e temas debatidos em grupo sem limitações que inspiraram a nomeação desta ação como *Reflexões*.

Refletiu-se sobre os ingredientes importantes na relação de cada um consigo próprio e com os outros e, no decorrer deste exercício, os participantes concluíram que a sexualidade não abarca apenas as relações interpessoais, mas também a relação existente consigo próprio e com o corpo de cada um/a. Valorizando e partindo das histórias de vida dos/as participantes, associaram-se algumas das suas narrativas aos direitos representados na Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (Associação para o Planeamento da Família [APF], s.d.), que era desconhecida do grupo. A título de exemplo, relacionaram-se os direitos discutidos com o direito à Inclusão Social e à Liberdade, nas palavras do Lutador: *“Será que não tenho direito a ser feliz e a ser amado?”*.

Tendo em conta todos os mitos que foram sendo identificados ao longo das sessões, foi construída uma Árvore dos Mitos e uma Árvore das Verdades. Ao longo destas duas construções coletivas, o grupo reconheceu que os mitos, enraizados tanto pessoalmente como culturalmente, derivam da falta de informação e conhecimento de algumas pessoas acerca da sua realidade, muito possivelmente por não conviverem com PCDI. Os participantes demonstraram-se mais inseguros/as e reticentes perante o mito *“Elas [as PCDI] são pouco atraentes!”*, por esse motivo refletiu-se acerca das características que consideram ser atrativas numa pessoa, tendo sido muito significativo concluir que a atração não se resume à dimensão física (*“Eu tenho uma deficiência, mas consigo dar e receber amor.”*, afirmava o Fora da Caixa). A acrescentar, com base no mito *“As PCDI não precisam de privacidade!”* compreendeu-se, em conjunto, que a necessidade de privacidade é anterior aos momentos de intimidade partilhada com outra pessoa. O direito à privacidade quando se está sozinho/a ganhou um significado maior, como testemunha a Alegre: *“Podemos ter relações amorosas, mas ter o nosso momento a sós.”*. Posto isto, os participantes concluíram que é fundamental a organização de debates e de conversas abertas, onde as PCDI possam estar presentes para darem o seu próprio testemunho, demonstrando inquietação pelo facto de *“em 2023, as pessoas não usarem a internet para deixarem de ficar contaminadas por estas leituras falsas.”*

Foi ainda construído um Livrete que apresentou de forma sucinta o processo do projeto, numa espécie de celebração do caminho percorrido e de construção de memória coletiva. Como se decidiu entretanto disponibilizar o Livrete a outras pessoas que o quisessem consultar, nomeadamente a quem visitasse a exposição (ver Ação II), incluiu-se uma referência à

assistência sexual, não existente em Portugal, mas entendida por elementos do grupo como uma possibilidade inclusiva: “*Estamos fartos que ninguém pense acerca das nossas necessidades sexuais.*” – o Lutador). Faz-se uma referência à realidade holandesa e à igualdade de oportunidades que esta medida permite e sugere-se ainda dois filmes que espelham esta realidade ainda mais utópica para Portugal: “*Seis Sessões*” de Ben Lewin e “*Vivir y Otras Ficciones*” de Jo Sol.

O desenvolvimento da Ação I proporcionou um significativo desenvolvimento do grupo e um aumento do auto e do heteroconhecimento, tendo sido fundamental para se avançar com a Ação II.

2.2 Ação II – (IN)Desejados

Quando já estavam criadas as condições mínimas para avançar com a organização de uma ação que transmitisse para fora do grupo a palavra de reivindicação do direito a desejar e a ser desejado, resgatou-se uma potencialidade do grupo que foi determinante para os passos seguintes: o gosto pela arte, nomeadamente pela fotografia e pela dança. Optou-se então por conceber e concretizar uma Exposição Fotográfica, designada (IN)Desejados, que viria a ser ferramenta provocatória de agitação de consciências. Fortaleceu-se a aliança com o Projeto AjuDança, um projeto de dança inclusiva da IN, já que a dança é uma linguagem facilitadora para o grupo se expressar, também acerca dos seus entendimentos sobre a sexualidade. A arte desperta perspetivas e emoções e, por este motivo, também é cultura, facilitando a construção e o aprimoramento de identidades (Leite, 2021) e contribuindo, neste palco, para a afirmação da identidade do grupo na dimensão das Sexualidades. Inspirados nas suas narrativas, trabalhou-se em torno de cada um dos direitos, debateu-se e tomaram-se decisões sobre os movimentos e os cenários que o grupo gostaria que ficassem retratados nas fotografias.

Com as colaborações e apoios disponibilizados de forma voluntária, nomeadamente de uma fotógrafa da cidade, as fotografias foram captadas em abril, quando “*O entusiasmo já estava no ar, assim como a vontade de ousar!*”. A este respeito, foi perceptível para todos/as como tinha havido uma evolução na maturidade do grupo que os/as levava a querer fazer algo “arrojado” e que não os/as infantilizasse. Ao longo da sessão fotográfica o coletivo demonstrou-se comprometido e empenhado, cada um/uma expressava alguma forma de gratidão pela presença e apoio de todos na concretização deste projeto. Foi ficando visível a satisfação do grupo com a conquista que protagonizaram e com as alianças que construíram: “*O projeto está a ter um rumo que nós desejamos. É mesmo isto o pretendido.*”; “*Esta tarde foi uma oportunidade para se expandir consciências!*” – fotógrafa). O grupo desejou que a exposição fotográfica se realizasse na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (ESE P.PORTO), e optou-se por partilhar com a comunidade académica este caminho de inquietação e de aprendizagem.

Foram muitas sessões de preparação da exposição, de recuos e de avanços em busca do que se pretendia transmitir e da forma de o fazer. Em junho inaugurou-se a exposição (IN)Desejados na ESE P.PORTO, apresentando uma lógica de pensamento que acompanhou a ordem das fotografias. Assim sendo, as primeiras fotos da exposição, a preto e branco, remetem para a opressão, ou seja, para os estereótipos e mitos presentes na sociedade que impedem a vivência e expressão da sexualidade das PCDI. Remetem para o facto de a sexualidade ser um tema tabu (Figuras 1 e 2)¹, contribuindo para um conhecimento superficial assente em representações sociais negativas, como considerar que as PCDI são assexuadas ou “coitadinhas”. Estas representações sociais conduzem, mesmo de forma inconsciente, a comportamentos desrespeitadores, tal como é demonstrado na Figura 3, em que não é respeitado o direito à privacidade das PCDI. Perante este panorama, os participantes desejam emancipar-se, libertando-se das amarras da sociedade que não garantem os seus direitos (Figura 4).

¹ Todas as imagens são divulgadas com o consentimento dos participantes.

Figura 1

“Só falo sobre a sexualidade com vocês. Tudo o que sei aprendi sozinho.”



Figura 2

“As pessoas julgam-me logo pela minha condição, só veem meio pacote e isso afeta a minha confiança.”



Figura 3

“Na instituição não me deixavam ter intimidade.”



Figura 4

“Será que não tenho direito a ser feliz e a ser amado?”



Optou-se por colocar um espelho a meio da exposição que convidasse as pessoas a olharem para si próprias e a refletirem sobre a questão *“A tua sexualidade é respeitada?”*. Tal como o grupo acredita, só quando aceitamos a nossa sexualidade é que somos capazes de aceitar partilhá-la com outros. A seguir ao espelho, surgem as fotografias a cores que aludem para a libertação e afirmação de direitos. Desta forma, optou-se primeiramente pela Figura 5, um retrato de um elemento do grupo, transmitindo a ideia de aceitação de si próprio, e seguem-se imagens de diferentes casais (Figuras 6 e 7).

Figura 5

"Eu aceito-me como sou!"



Figura 6

"Também posso namorar com alguém que não tenha nenhuma deficiência."



Figura 7

“Tinha receio que um filho meu nascesse com a minha deficiência porque sempre me disseram isso...”



A Figura 8 representa um casal homossexual e finaliza a exposição com um último desafio, no entendimento do grupo uma realidade ainda mais distante quando se pensa nas PCDI. As legendas das fotografias correspondem a citações de diferentes elementos do grupo.

Figura 8

“Temos de respeitar a nossa própria sexualidade para entendermos os outros.”



Na inauguração, os participantes elevaram a sua própria voz por algo que lhes é tão significativo, originando momentos de partilha sobre o que é importante numa relação, tanto para os protagonistas como para os estudantes. Apropriaram-se do espaço que já era seu – a galeria de

exposições – e desafiaram os/as estudantes com questões como “*Já leram o nome da exposição? Acham que somos pessoas indesejadas?*”.

O entusiasmo com a inauguração da exposição desencadeou novas ideias. Por vontade do grupo, duas turmas do 2.º Ano da Licenciatura em Educação Social da ESE P.PORTO, da Unidade Curricular de Incapacidade, Sistemas de Suporte e Inclusão Social, foram convidadas a virem conversar com o grupo sobre o Projeto *Sexualidades (IN)Visíveis*. Estes dois contactos iniciaram-se com uma breve apresentação do projeto, seguidamente, o Pensador, enquanto porta-voz do grupo, partilhou como vivem a sua sexualidade numa sociedade onde prevalecem preconceitos. Também se desenvolveu um breve exercício de dinâmica de grupo que consistiu em cada pessoa presente se dirigir até junto da fotografia que mais a cativou e explicar o motivo. Os/as protagonistas foram fazendo questões, devoluções e alimentando um diálogo vivo, por vezes difícil e delicado, curiosamente mais para alguns/algumas estudantes do que para o grupo. É de realçar que as turmas apreciaram a presença e o contacto direto com os/as participantes, afirmando que “*é importante serem as próprias pessoas com deficiência a falarem sobre os seus próprios problemas, a darem a cara.*”, evidenciando algum espanto com o potencial que reconheceram no grupo: “*Foi delicioso conhecer-vos mais de perto... são incríveis!*”.

Num momento seguinte de reflexão com o grupo sobre estes encontros, partilhou-se que todos/as se sentiram escutados e reconheceram interesse por parte das pessoas ao longo da conversa; sentiram ainda que estes foram para as turmas momentos de expansão de consciências, de novas interpretações sobre a realidade das PCDI e sobre a temática da sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão, o Projeto *Sexualidades (IN)Visíveis* plantou sementes de mudança, desafiando o sentido solidário e coletivo de uma transformação que se faz com o mundo (Marques & Romualdo, 2014). Tal como as realidades e as pessoas mudam constantemente, também este projeto esteve em permanente construção, permeável ao movimento do próprio grupo. Foi talvez este contínuo movimento de reflexão-ação protagonizado pelos participantes que permitiu que todos/as eles/elas sentissem o Projeto como sendo seu. Abriram-se portas para valorizar e visibilizar sujeitos reflexivos e críticos, como também para a criação da “*sementinha*”, como referiram, relativa à vontade de dar continuidade ao que já percorreram: “*Temos de continuar a partir pedra!*”. A Exposição Fotográfica ganhou vida e, enquanto exposição itinerante, continuará a desafiar consciências por outros lugares, despertando o encontro e o diálogo para se denunciarem injustiças e anunciarem alternativas, desde logo reclamando direitos.

Os projetos de Estágio de Educação Social, desenvolvidos com base na IAP, são de extrema importância para o desenvolvimento das pessoas, possibilitam processos participados de descoberta, de crescimento, de exercício de direitos humanos, enfrentando a falta de suporte por parte das entidades, que acaba por acentuar a exclusão social de vários grupos sociais. Desta forma, este projeto que pretendeu ser fiel à IAP apresentou-se como um contributo positivo e ousado pela participação ativa e aguerrida do próprio grupo ao desafiar as insuficiências que obstaculizam a afirmação de direitos, para além de ter enaltecido a urgência de respostas tendo em conta as necessidades daqueles que vivem as injustiças na primeira pessoa.

Enquanto processo de educação-ação, o Projeto *Sexualidades (IN)Visíveis* permitiu perceber como todos/as aprendem com todos/as, numa permanente desconstrução e reconstrução de entendimentos e numa constante negociação em relação a compromissos concretos. Também as estagiárias cresceram e aprenderam com os protagonistas, com os seus desafios e provocações e com a troca de saberes, aprenderam a encarar cada participante como sendo o/a autor/a das suas próprias vidas. A criticidade e reflexividade constrói-se no coletivo, num coletivo heterogêneo e plural que permite ampliar e enriquecer a compreensão do mundo, com humanidade. Esta construção coletiva tem um enorme poder educativo na transformação de

todos e, animada pelo sentido de projeto e de utopia, também permite perceber o tanto que falta construir em relação à inclusão social e aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- Associação para o Planeamento da Família (s.d.). *Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos*. <https://apf.pt/informacao-tematica/sexualidade/#cartadosdireitossexuaisereprodutivos>
- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, 13(2), 455-479.
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73-93. <https://doi.org/10.4000/rccs.233>
- Gesser, M. & Nuernberg, A. (2014). Psicologia, sexualidade e deficiência: Novas perspetivas em direitos humanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 850-863. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370000552013>
- Leite, A. (2021). Paulo Freire e arte educação: Considerações sobre a estética freiriana e a arte na educação/formação. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 85-103. <https://doi.org/10.34626/esc.vi54.51>
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão com os pés assentes na terra: desenvolvimento local - Investigação participativa animação comunitária*. [Tese de Doutoramento não publicada, Universidade do Porto].
- Maia, A. & Ribeiro, P. (2010). Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 16(2), 159-176. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002>
- Marques, L. & Romualdo, A. (2014, setembro). *Paulo Freire e a educação inclusiva*. IX Encontro internacional do fórum Paulo Freire, Turim. <https://pt.scribd.com/document/390423105/Marques-Romualdo-Paulo-Freire-e-a-Educacao-Inclusiva>
- Mendonça, M. (2002). *Ensinar e aprender por projectos*. Asa.
- Monteiro, H. (2019). Investigação, Transformação e «palavramundo»: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 65-84. <https://doi.org/10.34626/esc.vi54.50>
- Moura, M. (2012). Orientações europeias para a educação sexual nas escolas. *Revista Elo*, 19, 115-120.
- Nações Unidas (s.d.). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>
- Plaisance, E. (2010). Ética e inclusão. *Cadernos de pesquisa*, 40(139), 13-43. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100002>
- Santos, R. & Gonçalves, C. (2015). Educação Sexual em contexto escolar: Implementação e avaliação da eficácia de um projecto de intervenção numa turma de 8.º ano de escolaridade da área metropolitana do Porto. In J. Ribeiro, Â. Pontes, C. Parente & L. Santos (Coords.), *Promoção da saúde: Conceitos e experiências em programas de educação sexual em Portugal* (pp. 66-86). SPPS, Ed.
- Timóteo, I. & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11-26.



Recebido em 28 de fevereiro de 2024.

Aceite para publicação em 20 de junho de 2024.

Publicado em 29 de julho de 2024.